

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.550.863 - RS (2015/0210056-6)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
EMBARGANTE : WILSON BARUFALDI
ADVOGADO : CRISTIANO ROESLER BARUFALDI - RS055179
EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
INTERES. : ROQUE OLIMPIO BECKER
ADVOGADO : EDUARDO DE CESERO - RS082511
INTERES. : ENILVA BATISTA DE CAMARGO
ADVOGADOS : WILSON BARUFALDI - RS007561
CRISTIANO ROESLER BARUFALDI E OUTRO(S) - RS055179

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de reconsideração de sobrestamento determinado por força do Tema de Repercussão Geral 810/STF (Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei n. 11.960/2009.)

Aduz a parte requerente cuidar-se no recurso de hipótese diversa, por versarem os autos sobre desapropriação indireta, atraindo a incidência da Tese Repetitiva 905/STJ: "[...]3.1.2 Condenações judiciais referentes a desapropriações diretas e indiretas. No âmbito das condenações judiciais referentes a desapropriações diretas e indiretas existem regras específicas, no que concerne aos juros moratórios e compensatórios, razão pela qual não se justifica a incidência do art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), nem para compensação da mora nem para remuneração do capital [...]" (e-STJ, fls. 855-868).

Recebido o pedido na forma do art. 1.037, § 9º, a parte requerida se manifestou, nos termos do § 11 da mesma norma, pugnando pela rejeição do pedido, ante a inexistência de omissão no acórdão recorrido (e-STJ, fls. 877-880)

É o relatório.

Embora o requerente tenha indicado o REsp 1.495.146 como paradigma da tese repetitiva, e tal feito tenha transitado em julgado antes do sobrestamento determinado pelo Supremo Tribunal Federal, o tema foi apreciado e afirmado, conjuntamente, em outros dois recursos (REsp 1.492.221 e REsp 1.495.144). Ambos foram afetados pelo sobrestamento, porque submetidos a recursos posteriores ao julgamento da tese plúrima.

Portanto, não há distinção entre o Tema 810/STF e a Tese 905/STJ, mesmo porque a afirmação da validade desta depende do quanto será disposto naquela.

Ante o exposto, indefiro o pedido, mantendo-se o sobrestamento, com baixa dos autos para a Corte de origem, até a conclusão pelo STF do

Superior Tribunal de Justiça

julgamento referido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

